

ID: 1049

História Intelectual e dos Intelectuais: uma análise conceitual crítica sobre as perspectivas metodológicas contemporâneas

Autor:

JEAN CARLO DE CARVALHO COSTA

Filiação:

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

RESUMO

Esse texto procura apresentar alguns elementos sobre o debate existente no campo de investigação intitulado História Intelectual. Para tanto, o divido em quatro momentos inter-relacionados. A princípio, argumento sobre a importância da temática no âmbito da História da Educação contemporânea. Em um segundo momento, procuro apresentar a natureza das preocupações com a figura do intelectual e a sua relação com a História das Ideias, em sua vertente americana, e a História dos Intelectuais, em particular, a produzida na França. Após isso, elaboro um breve mapeamento de aspectos importantes para compreender a evolução recente desse campo a partir de alguns de seus personagens centrais como, por exemplo, o britânico Quentin Skinner e o historiador alemão Reinhart Koselleck, situando-os no interior de tradições intelectuais que sobre as suas trajetórias exerceram papel relevante. Finalmente, discuto o contributo dessa perspectiva teórica e metodológica para o entendimento dos fenômenos educacionais e, em particular, o entendimento da própria escrita da História da Educação.

PALAVRAS-CHAVE

História Intelectual; Intelectuais; História Conceitual

A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A ESCRITA SOBRE OS INTELECTUAIS NA ATUALIDADE

Observa-se um processo de redefinição metodológica no campo da História da Educação em relação ao intelectuais, em especial, nas iniciativas destinadas ao estudo desses sujeitos e de suas trajetórias, percebe-se, por um lado, a existência de investigações interessadas na ação dos intelectuais e nos elementos geradores de sua escrita que, todavia, não parecem traduzir um exercício de exploração mais cuidadoso sobre os instrumentos teóricos e metodológicos utilizados por seus agentes. Uma consequência é que talvez pareça ter fundamento a crítica a certo psicologismo e a um caráter excessivamente descritivo e pessoal associado à escrita das trajetórias desses sujeitos, bem como à mitificação de seu lugar enquanto protagonistas de uma história educacional. Ou seja, muitas vezes, deixam-se de lado os aspectos que os singularizam enquanto sujeitos qual seja as suas contradições, o caráter descontínuo de seus itinerários, os elementos de interação envolvendo outros sujeitos e a produção dialógica das ideias, bem como as transformações várias e inevitáveis constituintes de uma vida.

No entanto, por outro lado, estudos produzidos na última década, tanto no contexto europeu (Rémond, 2003; Sirinelli, 1998, 2003; Lorenzo, 2005; Vilanou, 2006; Magalhães, 2007, 2015), para citar apenas algumas poucas referências, têm elaborado uma crítica muitíssimo interessante à natureza tanto da historiografia e a figura do intelectual, como também da própria historiografia da História da Educação. Em solo brasileiro, alguns inspirados nesse novo lugar ocupado pela História da Educação, na tradição inglesa de Cambridge ou na História Conceitual (Alves, 2012; Costa, 2015; Faria Filho; Inácio, 2009; Vieira, 2015), estão preocupados com a introdução de novas perspectivas de olhar esses indivíduos, procurando identificar as perguntas adequadas a fazer quando utilizamos o conceito de intelectual ou no intelectual como categoria epistêmica. Ou seja, como, afinal, assimilar de forma adequada essa tradição de pesquisa que é a História Intelectual a partir do manuseio dos problemas internos à própria historiografia da educação.

Esse texto é consequência de nossa produção sobre intelectuais no contexto da historiografia da educação recente, na qual é possível identificar, entre vários de seus desdobramentos, não apenas a eleição de novos objetos, novas estratégias metodológicas e problemas não usualmente tratados (Fonseca, 2008), mas também a consideração da participação de sujeitos não protagonistas ou mesmo aqueles que se encontram não no *centro*, do ponto de vista geográfico, das discussões. Além disso, a sua circulação entre outras localidades, assim como os diversos espaços de atuação, isso conduzido por um olhar distinto daquele que privilegia o protagonismo de ideias ou sujeitos, mas sim o que procura compreender as suas trajetórias, as redes de sociabilidade que engendram a projeção desses indivíduos e que envolvem instituições, publicações e espaços educativos de diversos formatos, representações e

práticas, assim como o seu papel no processo de escolarização entre tantos outros elementos (Leite; Alves, 2011).

De fato, é possível identificar proficuidade nessa produção, no entanto, como acima referi, há ainda certa deficiência no trato do conceito de intelectual ou talvez uma preocupação excessiva de, identificando conceito e o autor responsável por ele, associá-los de forma imediata ao sujeito investigado, sendo guiado, desse modo, por elementos presentistas muito mais perniciosos ao entendimento do sujeito do que o seu contrário. Além disso, há certa desconsideração da palavra intelectual enquanto categoria epistemológica, derivando daí, por vezes, uma dubiedade na abordagem dessa figura e em sua relação com a educação e com a sociedade. O termo intelectual, do nosso ponto de vista, aparece muito mais como uma adjetivação dos sujeitos pesquisados e menos como um conteúdo a ser investigado de forma minuciosa, em todos os elementos possíveis a indagar que envolvem tanto a produção de ideias do sujeito em seu contexto local como em sua relação com dimensões mais amplas.

Na próxima seção, apresentaremos alguns elementos que nos auxiliam a entender as discussões em torno da figura do intelectual no ocidente, o desenvolvimento do campo intitulado História Intelectual, em seu diálogo, do nosso ponto de vista, indissociável, da História dos Intelectuais e da natureza do estudo das ideias.

DA HISTÓRIA DOS INTELECTUAIS À HISTÓRIA INTELECTUAL

Considerando a já extensiva literatura existente sobre o tema, parece ser importante como se dá a constituição de uma espécie de *modelo* do intelectual na modernidade no qual é possível introduzir personagens como Voltaire ou Rousseau (Dosse, 2007), por exemplo, e, mais recentemente, tratar o Caso Dreyfuss como fio condutor e considerá-lo revolucionário no campo intelectual, pois esse pode servir de espectro para discernir as transformações que afetaram os intelectuais na segunda metade do século XX. O caso Dreyfuss, ao longo do século XX, desdobra-se em inúmeras tentativas de problematizar a figura do intelectual enquanto conceito além de várias tentativas de *prescrever* ou mesmo definir o seu comportamento. Ou seja, preocupações com a historicidade das ideias, com os tipos de práticas que esses sujeitos protagonizaram, quais profissões seguiram (o ofício), discussões em torno de sua pertença social (classe), a necessidade de seu engajamento ou de seu *sacerdócio* (neutralidade), enfim, o caso *Dreyfuss* se tornou uma espécie de *tipo ideal* para pensar sobre o papel do intelectual e a própria História dos Intelectuais. Não por acaso, essa se desenvolve muito fortemente na França e tem a sua história intrinsecamente associada à história política e, mais recentemente, à figura do professor Jean-François Sirinelli (2003).

De forma concomitante à efervescência dessas discussões no contexto francês que conduziram a essa associação entre História dos Intelectuais e a prática investigativa na França, outros desdobramentos se deram em relação à natureza das ideias e de seu estudo e, a partir daí, de certa confusão em relação à História dos

Intelectuais e o seu indissociado vínculo com à História Intelectual. Tentaremos argumentar sobre essa relação e do encontro dessas perspectivas a partir da entrada, saída e re-entrada das ideias e do pensamento em cena, bem como do *retorno* do político para pensar os intelectuais.

A indagação sobre o que seria uma história intelectual não é uma questão recente no contexto europeu. No entanto, no Brasil, parece se tratar de área de discussões mais recentemente travadas, talvez em função da tradução, nas duas últimas décadas, de obras substanciais que investigam o pensamento político moderno. Uma das conseqüências tem sido repor a pergunta sobre a sua natureza e adequação em um contexto distinto do qual se originou (Silva, 2002). De todo modo, pode-se dizer que se trata de domínio no qual se encontram investigadores das mais diversas áreas de pesquisa, instituindo, para alguns, muito mais dúvidas do que esclarecimentos. Trata-se de uma área investigação pluridisciplinar na qual se aglutinam perspectivas distintas de se abordar sujeitos, formas de sociabilidade e textos como, por exemplo, a história dos intelectuais, a história das ideias, o pensamento social, análise do discurso entre outras e, muitas vezes, confunde e pouco elucida em função talvez da disciplinarização autônoma das áreas.

Além disso, certa confusão derivada da busca do *conceito mais adequado* de intelectual conduz, do nosso ponto de vista, à ambigüidade e à insegurança no trato dessa figura ao invés de seu esclarecimento. Uma alternativa com a qual concordamos é talvez a preocupação maior com o tipo de comportamento que têm esses indivíduos e as mudanças pelas quais esse comportamento vai sendo alvo ao longo de certo período histórico (Rodrigues, 2005). De fato, ao vir à baila a palavra, imediatamente, em qualquer fórum público, as dúvidas se encontram em torno das representações existentes sobre esse sujeito e o lugar dele nos dias atuais. No entanto, por ora, não trataremos do problema conceitual de modo substancial, mas sim da natureza da área e de suas perspectivas.

De modo geral, a História Intelectual é tratada como sendo um domínio relativamente novo que tem encontrado profunda ressonância no interesse de investigadores nas últimas décadas. No entanto, há certa confusão em considerá-la um procedimento de análise ou uma disciplina em formação (Silva, 2003). Além disso, a própria expressão tem compreensões distintas nos contextos americano, voltado para preocupações essencialmente lingüísticas, e o francês, mais próximo de uma sociologia dos intelectuais, da história das ideias e/ou de uma sociologia da cultura. Para Dosse (2007), toda uma corrente da história intelectual se define como uma crítica à história das mentalidades, e aqui eu incluiria também a história das ideias, propondo “um enfoque mais complexo das representações, essas que não podem ser reduzidas a simples reflexo das categorias sócio-profissionais” (Dosse, 2007, p. 128-129).

De fato, ao se tratar de História Intelectual, de imediato, nos vem à mente ideias e história das ideias. Aqui é preciso fazer duas observações a título de esclarecimento. A princípio, a ênfase na história das ideias pode sugerir que estamos lidando com abstrações autônomas que em certo momento, ou por algum acidente, ancoram na

mente humana e o nosso papel seria o de penetrá-la e descobrir a sua origem última. Algo que lembra muitíssimo parte do pensamento alemão de inspiração hegeliana no XIX e a empreitada filosófica de Wilhelm Dilthey e a sua *Geistesgeschichte*. O termo história intelectual, por outro lado, indica que a ênfase está em um aspecto da *atividade humana*, da mesma forma como fazem a história econômica e/ou história política.

No entanto, é preciso lembrar que a história das ideias foi expressão escolhida entre os anos de 1920 e 1930 pelo filósofo americano, A. O. Lovejoy (1873-1962), para designar a sua própria abordagem idiossincrática para o estudo da vida do passado publicada em seu livro “A grande cadeia do ser: um estudo de uma ideia” (2005). Uma abordagem que consistia essencialmente em isolar o que denominou universais *ideias-unidade* (unit-ideas), das quais, segundo ele, todas as doutrinas mais complexas e teorias originadas da Filosofia foram compostas. Trata-se de uma perspectiva eminentemente idealista e imanentista da história das ideias, supondo a história do ocidente como sendo atravessada “por la permanência de algunas ideas importantes, animadas por una búsqueda de plenitud, teniendo en su base una visión del equilibrio de la naturaleza” (Dosse, 2007, p. 183). Em 1940, ele funda o *Journal of the History of ideas*. A abordagem de Lovejoy dominou o campo universitário americano durante pelo menos uma geração, levando à elaboração de listas imensamente exaustivas das unidades particulares de ideias. Embora a sua influência tenha diminuído nas últimas décadas (e a própria Revista que fundou tornou-se menos mecânica e sectária na sua abordagem), o termo história das ideias é, pelo menos nos Estados Unidos, ainda frequentemente identificado com o seu trabalho e tende a causar mal-entendidos não apenas no contexto americano, mas também em contextos distintos como o ibero-americano.

Ao longo de algumas poucas décadas, a força desse modo de abordar as ideias foi gradativamente diminuindo e, de modo concomitante, novas ideias e pontos de vistas foram emergindo de contextos distintos, mas talvez guiados por inquietações similares cuja tendência foi colocar em dúvida a própria modernidade e o seu legado fundado na razão e no caráter universal de certas ideias. A crítica foi derivada, por um lado, de certos integrantes do movimento dos *Annales* e a sua preocupação com as condições sociais de produção. Lucien Febvre (1989) e a sua conhecida expressão para tratar essa forma de modalidade de *história das ideias desencarnadas* é comum ainda nos dias atuais para se referir a um tratamento do pensamento ou das ideias indissociado de seu contexto de produção. Por outro, uma muito interessante perspectiva crítica é derivada dos inúmeros desdobramentos suscitados pela *The Linguistic Turn*, expressão comumente associada ao conjunto de ensaios, com o mesmo título, organizados e publicado em 1967 por Richard Rorty, profundamente ressonante ao paradigma estruturalista francês que, àquele período, inicia os seus anos de profundo impacto no pensamento ocidental através de figuras como Michel Foucault, Jacques Derrida e Jacques Lacan. Esses *tempos pós-modernos* trazem inúmeras conseqüências sobre a história intelectual, mas não apenas sobre ela como é sabido, pois a ideia de texto, de modo geral, é trazida ao palco das humanidades.

De fato, ainda que exista um campo de tensão entre nossa interpretação e as possibilidades que o texto nos dá, as palavras não tem significado em si, mas mudam de acordo com o período histórico, grupo lingüístico e os seus leitores. Isso significa dizer que certos termos podem mudar completamente de sentido ou até perder qualquer significado a um leitor contemporâneo. Ou seja, a partir da *virada lingüística*, as ideias de leitura e interpretação podem ser pensadas, portanto, como campo de tensão e também enquanto processo dialógico, intersubjetivo, mas também social de produção de sentido.

O próprio Skinner, em uma de suas primeiras importantes publicações metodológicas, publicada em meados dos anos de 1960, assim inicia o seu texto:

“Vivemos em tempos pós-modernos (não sou o primeiro a notar) e um dos traços mais desafiantes da cultura pós-moderna é o profundo ceticismo acerca do projeto humanista tradicional de interpretar texto” (Skinner, 2002, p. 90).

Ou seja, a crítica derivada de diversos lugares e que tiveram certos elementos comuns que a permitiram, trouxeram à tona inúmeras tentativas de conciliar ideias, correntes de pensamento, formas de pensar, os intelectuais, sociabilidade, entre outros tantos aspectos que fizeram e fazem parte desse campo de investigação. Além disso, também trouxe, para a cena, o debate entre *internalismo* e *contextualismo*, do nosso ponto de vista, uma espécie de falso debate que acabou gerando tipologias as mais variadas para situar autores, obras e abordagens metodológicas. As ideias, em seu final, não se encontram ausentes, mas também não são concebidas de forma abstrata como na perspectiva de Artur Lovejoy, mas sim no interior de sistemas, de correntes de pensamento e no caráter dialógico que funda a relação entre as estruturas sociais e a ação dos indivíduos.

Diante dessas questões, conceituar essa área de investigação não parece ser das tarefas mais fáceis. No entanto, parece ser relativamente necessário para fins didáticos e de esclarecimento de alguns movimentos recentes do ponto de vista das investigações. Desse modo, é possível esse exercício inclusive para a nossa própria organização do pensamento. Assim, poder-se-ia dizer que a História Intelectual designa “todas as espécies de estudos históricos concernentes a obras, doutrinas, formas de pensamento, tradições de saber, movimentos etc. na esfera erudita da cultura, diferenciando-se assim das pesquisas de mentalidades, do imaginário, dos processos culturais simbólicos e das dimensões sociais da cultura” (Lacerda; Kirschener, 2003, p. 29). Para alguns, talvez esse destaque relativo à *esfera erudita* da cultura possa parecer inadequado ou problemático por talvez não considerar diretamente correntes de pensamento que circulem à *margem*. De qualquer modo, aqui há a ênfase nas dimensões sociais da cultura. Por outro lado, poderíamos pensar então, e com esse ponto de vista concordamos mais, que:

a História intelectual, domínio pluridisciplinar por excelência, possibilita diferentes enfoques, como o dos contextos de produção de idéias, o dos agentes

socioprofissionais e o das correntes de pensamento. Situada, portanto, na interseção de diferentes disciplinas (História, Sociologia, Filosofia etc.), ela parece visar dois pólos de análise: de um lado, o conjunto de funcionamento de uma sociedade intelectual (o 'campo', na versão de Pierre Bourdieu), isto é, suas práticas, seu modo de ser, suas regras de legitimação, suas estratégias, seus habitus; de outro lado, as características de um momento histórico e conjuntural que impõe formas de percepção e de apreciação, ou modalidades específicas de pensar e de agir de uma comunidade intelectual. Em outras palavras, a História Intelectual, tal como nós a percebemos, teria por principal pressuposto restituir, do ponto de vista sociológico, filosófico e histórico, o contexto de produção de uma obra (Silva, 2003, p. 16, grifo nosso).

De todo modo, o consenso, nessa área de reflexão, como já foi ressaltado, é precário, ainda que seja possível mapear as discussões e os pontos de vista relativamente distintos. Assim, partimos do suposto de que a História Intelectual contemporânea nos apresenta três vertentes metodológicas que se debruçam sobre a categoria intelectual. A *primeira* se distingue pelo apego a uma noção historicista de contexto, a “entender-se no sentido da redução do significado dos textos a seu valor documental, de expressão ou resposta a uma situação histórica particular” (Lacerda; Kirschener, 2003, p. 32). Historiadores da Escola de Cambridge como Quentin Skinner, J. G. Pocock e John Dunn são os mais conhecidos dessa variante em função da busca por reconstruir os universos comunicativos em que se originaram os escritos elaborados por esses pensadores clássicos. A *segunda* vertente, intitulada New Intellectual History aglutina duas tendências, a hermenêutica, especialmente aquela derivada de Hans-Georg Gadamer e o desconstrucionismo de Jacques Derrida, o primeiro se centrando na ideia de *unidade do texto* e o segundo privilegiando a polissemia e os elementos contraditórios dos processos textuais. Também é possível introduzir aqui a História dos Conceitos de Reinhart Koselleck e a introdução das categorias *espaço de experiência* e *horizonte de expectativa* (Koselleck, 2006), isso em função do legado da hermenêutica existencial de Gadamer e de sua ideia de narrativa histórica sobre a obra desse historiador alemão (Koselleck, 2014). No entanto, o elemento central talvez seja o fato de ele identifica na análise do que ele denomina coletivos singulares a forma de tornar o conceito como elemento central da prática do historiador, articulando-o a uma nova forma de tratar as temporalidades passado, presente e futuro e introduzindo uma prática integradora de pensar tanto teórica como também metodologicamente o objeto de estudo da História.

Nessa perspectiva, destaca-se a discussão da natureza da *experiência hermenêutica* e de seu elemento central, cujas consequências sobre a experiência educacional são várias, qual seja a ideia de *abertura* e, finalmente, uma análise da estrutura da abertura: a pergunta e a resposta. A despeito de sua diversidade originária, a expressão hermenêutica, refere-se ao problema da compreensão e/ou interpretação do significado de textos, ações humanas e produtos culturais. Aqui as

implicações sobre a História Intelectual são várias. Como é possível pensar o papel do investigador do presente? Qual é o lugar, afinal, desse investigador que urge pensar o passado acreditando em seu contributo para o entendimento de seu próprio presente e quiza o futuro? É possível pensar em alguma unidade interpretativa e qual seria o elemento guia dessa procura? Uma ética?

As conseqüências também sobre as ideias de *presente e passado*, *método* e as categorias de *compreensão* e *explicação* são várias e sobre elas se debruçaram os críticos. Jürgen Habermas argumenta que Gadamer aceita acriticamente o significado tradicional porque ele negligencia o poder da razão de revelar a gênese dos preconceitos e sequestra daí aqueles cuja autoridade é derivada da força e não da razão; nele há ausência de *crítica* do poder e da ideologia. Em Paul Ricoeur, herdeiro contemporâneo dessa tradição, encontramos a afirmação da necessidade do que ele denomina de uma hermenêutica da desconfiança, cujo eixo central é a afirmação da possibilidade de análise estrutural da obra, possibilitando um reencontro entre as ideias de compreensão e explicação. Finalmente, em Jacques Derrida, para além das críticas metodológicas anteriores, há a acusação mais radical qual seja a ideia de que Gadamer permanece atrelado às ideias de verdade e de significado em torno da linguagem e do círculo hermenêutico. Em Derrida há a consideração fundamental de que a linguagem é um sistema descentrado de significantes em que nada é significado transcendental. As conseqüências dessas críticas são, por um lado, salvaguardar o caráter originário do método em História qual seja a sua proximidade com certa concepção de ciência interpretativa e, por outro, desdobrar-se em um relativismo radical ou em uma visão neopragmática da História próxima do pensamento de Richard Rorty que, por seu turno, é mais próxima da *virada retórica* de Skinner (Skinner, 2002)

Finalmente, Michel Foucault e a sua ideia de um *intelectual específico* é tratado por muitos como uma terceira perspectiva de análise na história intelectual. A figura do *intelectual específico* aparece em Foucault a partir do momento em que ele é convidado por Daniel Defert a participar como coordenador, no início dos anos 70, de uma comissão de pesquisa sobre as condições de prisão, isso em função de seu envolvimento com alguns personagens militantes de esquerda na França. A preocupação dele ao abordar a prisão é deixar os outros falarem, não impondo limites àqueles que têm o direito de falar. De acordo com Bert (2013):

o intelectual específico, tal como definido por Foucault, está às voltas com o atual e o presente. Ele se dedica a inventar novas formas de ação que escapam ao militantismo tradicional. Eficiente em um campo determinado, esse intelectual deixa de ser, como em Sartre, portador de uma forma de universalidade ou porta-voz, mas, antes de tudo, passa a ser um 'conhecedor especializado' que alimenta sua crítica de maneira local, a partir de uma politização dos problemas cotidianos (Bert, 2013, P. 46).

Ainda que seja possível identificar esse mapeamento em torno da História Intelectual e, como se vê, guiado por variações inevitáveis entre os seus autores, para esse momento, há ainda, do nosso ponto de vista, certa confusão na esfera nacional, em particular, devido ao trato do conceito e à preocupação excessiva por organizar autores e formas distintas de investigação, daí talvez a História dos Conceitos, em função de sua defesa em agregar elementos conceituais, discursivos, sociais e culturais possa vir a ser uma modalidade de História Intelectual a ser dada atenção mais cuidadosa.

REFERÊNCIAS

Alves, C. (2012). Jean-François Sirinelli e o político como terreno da história cultural. In E. M. T., Lopes & L. M. Faria Filho (org), *Pensadores sociais e História da Educação*. Belo Horizonte: Autêntica.

Costa, Jean Carlo de C. (2015). Intelectuais, instrução e espaço público no Brasil Império: uma análise do pensamento político e educacional de Tavares Bastos. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá-PR, 15, 2 (38), 81-109.

Dosse, F. (2007). *La march de las ideias*. Historia de los intelectuales, historia intelectual. Valencia: PUV.

Febvre, L. (1989). *Combates pela história*. Lisboa: Presença

Koselleck, R. (2006). *Futuro Passado*. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto.

_____. *Estratos do Tempo* (2014). Estudos sobre História. Rio de Janeiro: Contraponto.

Lacerda, S. & Kirschner, T. C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In M. A. Lopes (org.), *Grandes nomes da história intelectual* (pp. 25-39). São Paulo: Contexto, 2003.

Lorenzo, M. (2005). *Repensar La historia de La educación*: nuevos desafios, nuevas propuestas. Madrid: Biblioteca Nueva, 2005.

Lovejoy, A. (2005). *A grande cadeia do ser*: o estudo da história de uma idéia. São Paulo: Palíndromo, 2005.

Magalhães, J. (2007). A história da educação em Portugal: temas, discursos, paradigmas. In J. Pintassilgo; L. A. Alves; L. G. Correia & F. M. Louro (org.). *A História da Educação em Portugal: Balanço e perspectivas* (pp. 13-34). Porto: Edições Asa.

Magalhães, J. (2015). Intelectuais, Instituições e História da Educação Luso-Brasileira. Conferência proferida na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo em 12 de dezembro.

Monteiro, B.; Pereira, V. (orgs.) (2015). *Intelectuais Europeus no Século XX*. Exercícios de objetivação sócio-histórica. Portugal/Porto: Edições Afrontamento.

Rémond, R. (org) (2003). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Rodrigues, H. (2005). O intelectual no “campo” cultural francês. Do “caso Dreyfuss” aos tempos atuais. *Varia História*, Belo Horizonte, 21, (34), 395-413.

Silva, H. R. da S. (2003). A história intelectual em questão. In M. A. Lopes (org.), *Grandes nomes da história intelectual*. São Paulo: Contexto.

Silva, H. R. Da S. (2002). *Fragmentos da história intelectual*. Entre questionamentos e perspectivas. Campinas, S.P.: Papirus.

Sirinelli, J.-F. (2003). Os intelectuais. In R. Rémond (org.), *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV.

Skinner, Q. (2002). *Visions of Politics- Regarding Method*, vol. 1. Cambridge: Cambridge U. P., 2002.

Torrano, Conrad Vilanou I (2006). Historia conceptual e historia de la educación. *Hist. Educ.*, 25, pp. 35-70.

Vieira, C. E. (2015). História Intelectual e História dos Intelectuais. Diálogos acerca da escrita da História da Educação. In C. E. Vieira; B. L. S. Strang & D. R. B. Osinski (orgs.), *História intelectual e educação* (pp. 11-26). Jundiaí: Paco Editorial, 2015.